

Superior Tribunal de Justiça

CARTA ROGATÓRIA Nº 14.932 - JP (2019/0271214-5)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
JUSROGANTE : TRIBUNAL REGIONAL DE OSAKA - 18ª VARA CIVIL
INTERES. : KYOKO KANNAMI
PARTE : ASSOCIACAO DOS ADMINISTRADORES DO EDIFÍCIO
MITEJIMA GREEN
A.CENTRAL : MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

DECISÃO

Trata-se de carta rogatória por meio da qual a Justiça japonesa solicita que a parte interessada seja citada de ação de cobrança e intimada para que compareça a **audiências agendadas para os dias 23/9/2020, 25/11/2020 e 27/1/2021** (fls. 7-8).

O Ministério Público Federal opina pela concessão do *exequatur* com aplicação do contraditório diferido, em razão da proximidade das datas designadas pela Justiça estrangeira para as audiências (fl. 57).

É o relatório. Decido.

Merece acolhida a manifestação ministerial, de que deve ser aplicado ao caso o § 1º do art. 216-Q do RISTJ, que autoriza a concessão da ordem sem a prévia oitiva da parte interessada "quando sua intimação prévia puder resultar na ineficiência da cooperação internacional".

No mais, o objeto da presente carta rogatória não atenta contra a soberania nacional, a dignidade da pessoa humana e/ou a ordem pública, razão pela qual, com fundamento no art. 216-O, c/c o 216-P do RISTJ, **concedo o exequatur**.

Assim, **remeta-se a comissão à Justiça Federal, à Seção Judiciária do Estado de São Paulo, para as providências cabíveis**.

Cumpra-se a diligência em 30 dias.

Após, devolvam-se os autos ao STJ para que sejam enviados ao país de origem por meio da autoridade central competente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente